

Movimento estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) Assistente Social brasileiro¹

Sâmia Rodrigues Ramos²
Silvana Mara Morais Santos³

*“Sempre em frente
Não temos tempo a perder (...)
Somos tão jovens”*

(Renato Russo)

Nas duas últimas décadas, no Brasil, o processo de organização da sociedade civil tem revelado uma ampliação dos espaços de participação política que se evidencia por uma diversidade de manifestações de sujeitos coletivos. Compõe esse cenário uma ação ofensiva do capital através do projeto neoliberal que, entre outros aspectos, se materializa no “desmonte”

1. As reflexões contidas neste texto fazem parte das análises sistematizadas na dissertação de mestrado intitulada *Agão política do Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos*, de autoria de Sâmia Rodrigues Ramos e no trabalho *O ME nos anos 80: uma breve análise*, de autoria de Silvana Mara, Morais Santos.

2. Professora Assistente da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, Mestre em Serviço Social, Ex-Coordenadora Geral da SESSUNE (3ª gestão-90/91) e atual assessora da Coordenação Nacional da ENESSO.

3. Professora Assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Serviço Social, Ex-Coordenadora Regional da SESSUNE (2ª gestão-89/90) e atual assessora do CA-UFRRN e da Coordenação Nacional da ENESSO.

do Estado para o enfrentamento da questão social e no agravamento da deterioração das condições de vida das classes subalternizadas.

Inserida nessa complexa conjuntura de metamorfoses da sociedade brasileira, a profissão de Serviço Social vivencia um amplo e rico processo de renovação. Verifica-se, nesse momento, um amadurecimento profissional que se revela em várias esferas: na formação profissional e no processo de trabalho do Serviço Social, nas atividades de pesquisa e produção acadêmica e na organização da categoria.

No âmbito da organização da categoria destaca-se a atuação das entidades representativas dos(as) Assistentes Sociais, que imprimem uma dinâmica de debates coletivos e democráticos sobre as diversas dimensões da profissão. A ABESS cumpre um papel relevante no direcionamento teórico-político acerca da discussão da formação profissional, tendo como marco a aprovação e implementação do Novo Currículo Mínimo de 1982; o CRESS, órgão responsável pela garantia do exercício profissional, ao redefinir a sua concepção de fiscalização, transforma-se em um espaço de luta com o objetivo de fazer valer um exercício condigno da profissão. Em 1983, surge a ANAS, entidade político-sindical, que contribui para uma maior participação dos(as) Assistentes Sociais no movimento sindical, tendo como referência a perspectiva do novo sindicalismo defendido pela CUT.

Nesse contexto de articulação das entidades representativas do Serviço Social, o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) cria a sua entidade nacional, em 1988, assumindo uma maior organização e, consequentemente, intervindo mais qualitativamente nos debates sobre os rumos da profissão.

Esse texto objetiva resgatar a trajetória do MESS, a partir da criação da executiva nacional dos(as) estudantes, ressaltando a importância da articulação dessa entidade estudantil junto às demais entidades representativas no processo de construção da organização política da categoria, particularmente no tocante à discussão da formação profissional e à sua relação com a ABESS, nesses últimos anos.

Nesse sentido, abordaremos, inicialmente, o entendimento sobre Movimento Estudantil (ME) que fundamenta este artigo. Em seguida, resgataremos, de modo sucinto, a trajetória do ME brasileiro, destacando a sua atuação no âmbito dos demais Movimentos Sociais (MS) no contexto da transição democrática brasileira, bem como discutiremos uma das suas mais importantes expressões desse período: as executivas de curso. Por fim, analisaremos o MESS, através da ação política desenvolvida pela sua entidade nacional, considerando, particularmente, sua atuação na esfera da formação profissional.

Movimento Estudantil: revisitando noções para o seu entendimento

Partimos da compreensão de que o ME tem um caráter histórico e, neste sentido, seu papel social altera-se de acordo com a conjuntura, as condições concretas vivenciadas pelos(as) estudantes, as ideologias e concepções políticas que permeiam suas lidações e as articulações que o movimento estabelece com outros MS's, partidos políticos e demais sujeitos coletivos. A ideologia, a direção e as alianças caracterizam a natureza e ação do Movimento, adquirindo um conteúdo próprio no processo de organização e mobilização, em contextos historicamente determinados.

Nesse sentido, não podemos atribuir aos MS's e ao ME "(...) um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes" (MARTINS FILHO, 1987: 17). Assim, para apreendemos o caráter e o conteúdo da sua ação política faz-se necessário analisar, em cada conjuntura histórica, a maneira como o movimento se organiza, bem como a postura político-ideológica assumida por seus dirigentes e as alianças que estabelece com outros sujeitos.

Entendemos ação política como um processo histórico, humano, intencional e criador, capaz de possibilitar uma reflexão crítica acerca da realidade, que se concretiza em múltiplas esferas da vida cotidiana (MS's, partidos políticos etc.) e em diversos níveis (econômico, ideológico, cultural, social), influenciando nas esferas pública e privada.

Um aspecto importante para a compreensão da ação política consiste em identificar a vinculação de classe dos(as) estudantes. Podemos afirmar que estes(as) pertencem a diferentes classes sociais, sendo, portanto, o ME um movimento pluriclassista, o que reflete na heterogeneidade da sua base. No Brasil, nas últimas décadas, a maioria dos(as) estudantes pertence à classe média, setor social majoritário na universidade. "A posição política dos grupos médios depende da conjuntura, da maneira pela qual se articulam e se opõem à prática política burguesa e à prática política operária, de seus problemas e de suas tensões" (SAES, 1985: 18). Tal pensamento reforça duas posições: a primeira é o fato de não poderemos atribuir ao ME uma única concepção ideológica, tendo em vista a heterogeneidade política dos setores médios; a segunda é que a sua ação política vai depender da correlação de forças sociais e políticas presentes no contexto no qual ele está inserido.

Nesse sentido, o ME alinha-se à perspectiva política da classe média, no período recente, no Brasil. Segundo BOSCHI "(...) novos valores, novas formas de organização e um potencial de estímulo à mudança

política e social constituem um aspecto do ímpeto associativo da classe média em anos recentes" (1989: 139).

De fato, o ME, na conjuntura das últimas três décadas no Brasil, desenvolveu, de forma hegemônica, na direção das suas entidades, uma ação política voltada para a implementação de lutas visando a reforçar os interesses da classe subalternizada. A contribuição do ME, nessas lutas, efetiva-se através da disseminação de valores culturais, os quais se contrapõem ao individualismo, egoísmo e competitividade, que revigoram a lógica da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, o ME influi na formação de consciências críticas, articulando política e socialização do saber e desse modo, luta por uma modificação cultural, contribuindo no processo de construção de uma outra hegemonia na sociedade.

Analisando o processo de formação da hegemonia das classes subalternizadas, encontramos, na reflexão gramsciana, elementos importantes para a elaboração de uma estratégia revolucionária. Para Gramsci, a hegemonia é uma categoria vital para a superação do conceito de Estado como instrumento dos interesses de uma classe, chegando-se, assim, à percepção da sua constituição complexa (Estado como síntese de "sociedade política" e "sociedade civil").

Tal noção de hegemonia é traduzida como direção de classe, que se exerce no contexto de uma política de alianças. A luta pela direção de classe gesta-se no âmbito de uma estratégia revolucionária para as formações econômico-sociais do "Ocidente" e configura-se no que GRAMSCI chama de "guerra de posição". Na visão gramsciana, para triunfar com esta estratégia é preciso não só controlar a produção econômica, mas também exercer a direção político-cultural da sociedade. Segundo ele, "(...) se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica" (1989: 33).

Assim, na luta pela hegemonia, a renovação cultural assume importância fundamental. Gramsci associa a esfera cultural à questão dos intelectuais, que seriam os "persuasores permanentes" para o exercício da hegemonia social. Os intelectuais orgânicos das classes subalternizadas têm um papel essencial no processo de formação de uma nova concepção de mundo, de uma nova cultura.

O ME, no Brasil, aliado a outros movimentos políticos, vem se colocando historicamente na luta pela construção da hegemonia das classes subalternizadas. Essa luta deve "processar-se dentro das velhas estruturas, que serão derrubadas na medida em que a experiência prática do novo for conquistando as mentes e as vontades, tornando-se uma nova cultura,

que fundamenta uma nova hegemonia e uma nova organização da sociedade" (STACCONI, 1991: 115).

Essa nova cultura precisa ser internalizada pelos indivíduos para, então, se concretizar em práticas que promovam a capacidade de entender, questionar, resistir, sonhar, lutar e formular propostas de enfrentamento face à ordem social vigente, rumo à construção de um novo projeto societário. É importante, à vista disso, analisar a trajetória do ME brasileiro e as diferentes propostas que se confrontam no decorrer da elaboração de sua estratégia de ação.

O processo de reconstrução do Movimento Estudantil brasileiro: trajetória histórica e lutas

Para entendermos o ME e o sentido da sua direção política nos anos 80-90, temos como premissa o resgate da sua trajetória, enfatizando, principalmente, as estratégias assumidas, as reivindicações, lutas e alianças por ele efetuadas na defesa de determinados interesses.

O ME brasileiro, historicamente, posiciona-se a favor das lutas democráticas no País e se traduz em um segmento organizado presente na sociedade civil desde os tempos coloniais até hoje⁴.

No final dos anos 30, com a criação da União Nacional dos Estudantes — UNE —, o ME adquire dimensão organizativa e conquista maior visibilidade social. Esse período é marcado, internacionalmente, pela deflagração da II Guerra Mundial e, no Brasil, pela instauração do Estado Novo e aceleração do processo de industrialização.

O ME esteve presente no cenário político brasileiro, participando de importantes lutas, desde a criação da UNE até 1964, quando, fruto de uma crise de hegemonia do bloco no poder é instaurada, através de um golpe de Estado, uma ditadura militar.

O golpe militar de 1964 constituiu-se em mais uma opção concreta, enfrentada pelo Brasil no seu processo de transição para o capitalismo monopolista, que se deu "pelo alto", de forma elitista e antipopular (COUTINHO, 1988). A ditadura militar foi a mais longa da história brasileira e redefiniu a relação entre o Estado e a Sociedade, caracterizando-se, principalmente, por proibir a liberdade de expressão e de organização dos canais de participação autônomos da sociedade civil,

4. Ver em POERNER (1979) o resgate da história da participação política dos(as) estudantes desde o Brasil Colônia até o período de 1960-1970.

redundando na implementação de uma política de desmonte das práticas coletivas.

As conseqüências do cerceamento dos canais de participação fizeram-se sentir no ME: na proibição do funcionamento de suas entidades, na prisão de suas lideranças, na invasão das universidades. A repressão ao segmento estudantil é prevista por várias leis, dentre elas destacando-se a Lei Suplicy e o Decreto n. 477/69.⁵

Contrapondo-se a essas arbitrariedades, o ME fomentou diversas manifestações contra o projeto educacional proposto pelos governos autoritários e, principalmente, contra a própria ditadura militar. Destacam-se as manifestações de rua, como a realizada no enterro de Edson Luís e a Passeata dos Cem Mil.

É possível identificar, neste período, duas concepções divergentes sobre a estratégia de ação do ME.⁶ A primeira, atribuída-lhe a função de denunciar a ditadura militar, através de grandes manifestações públicas, que assumiriam visibilidade política no tecido social. Caracterizando-se pela defesa da "luta política" e da "luta nas ruas", tal posição secundarizou, no cotidiano das universidades, as lutas educacionais, priorizando as manifestações de rua como eixo da mobilização estudantil. Essa estratégia estava fundamentada no projeto de revolução nacional e democrática e na proposta de alianças com os(as) operários(as) e os(as) camponeses(as).

A segunda concepção defendia a "luta específica" ou "luta nas escolas". Para essa perspectiva, a atividade fundamental do ME seria a de estimular o surgimento da consciência crítica no meio universitário de classe média. Isto implica dizer que a formação política dos(as) universitários(as) surgiria das reivindicações que lhes são específicas e seria no seu processo de organização que eles(as) apoiariam o movimento dos(as) trabalhadores(as).

Essas duas concepções disputavam a direção política do ME e articulavam-se às tendências políticas de esquerda, que se encontravam na resistência ao regime militar.⁷ Na década de 60, preponderou, na direção do ME, a primeira perspectiva, que defendia a implementação de um movimento de massas, sendo 1968 o ano que marcou o auge das mobilizações, quando eram mais acentuadas as características de unidade desse movimento. As lutas e manifestações desse período tiveram

5. Ver, dentre outros, SANFELICE (1986) e MARTINS FILHO (1987).

6. Utilizamos, como referência, as posições desenvolvidas por MARTINS FILHO (1987).

7. A primeira posição estudantil expressava as propostas defendidas pela Ação Popular, que tinha como aliado o grupo vinculado ao Partido Comunista do Brasil. Já a segunda aglutinava as posições das várias dissidências estudantis do PCB, bem como as da POLOP.

reconhecida importância por denunciar as arbitrariedades dos governos militares, além de mostrarem a indignação de segmentos da sociedade quanto ao modelo excludente e concentrador de renda que agravava a situação de empobrecimento da classe subalternizada.

O processo de transição para um regime de Estado de Direito inicia-se, de forma evidente, em meados dos anos 70, com a crise do "milagre econômico", que traz em seu âmago uma crise de legitimação do regime militar, visualizada, em primeiro plano, nas derrotas eleitorais da ditadura em 1974, 1978 e 1982, nas quais saiu vitorioso o MDB, partido de oposição que era, nessa época, um "guarda-chuva" das forças de esquerda.

Nesse período, o regime perdeu as bases de consenso e o apoio de segmentos como a classe média e alguns setores dominantes. Foi nesse cenário de profunda crise de legitimação que "os aparelhos da sociedade civil puderam de novo voltar à luz, hegemonizados agora por um amplo arco de forças antiditatoriais, que ia da esquerda aos conservadores 'esclarecidos', ainda que com predominância desses últimos" (COUTINHO, 1988: 124).

Na década de 70, o ME vive um período de reconstrução das suas entidades. Depois da desarticulação do Congresso de Ibiúna houve um enfraquecimento do processo de organização estudantil. A luta armada tornou-se prioridade para a maioria dos(as) militantes que não haviam sido exilados(as), presos(as) ou mortos(as). A gestão da UNE (1969-1971) que se seguiu ao Congresso, findou com a prisão e o desaparecimento do então presidente da entidade, Honestino Guimarães.

Alguns fatos, no plano da organização estudantil, merecem destaque nessa década. Em 1972 e 1973 realizam-se os primeiros encontros de estudantes por área — Engenharia, Medicina — em um princípio de coordenação interestadual entre os(as) estudantes. Em 1975, começa a discussão em torno da necessidade da reconstrução das entidades centrais de estudantes. Em 1976, acontece um fato importante no processo de reconstrução da UNE. Trata-se da criação do Trabalho Conjunto de Salvador, uma organização que travava lutas comuns por melhores condições de vida e trabalho, melhoria do transporte, das condições de ensino e saúde e pela democracia. O Trabalho Conjunto de Salvador, que contava com a participação de sindicatos, associações de bairro, jornalistas, artistas e entidades estudantis, teve presença relevante na preparação do Congresso de Reconstrução da UNE, que se realizaria na Bahia, em 1979 (ROMAGNOLI, 1979). Nesse processo, o ME articulou-se a diversos movimentos/entidades, participando nas lutas democráticas para garantir direitos políticos e sociais para a maioria da população brasileira.

No final dos anos 70, o ME rearticula-se através do Congresso de Reconstrução da UNE, primeira entidade organizativa de âmbito nacional com caráter de massa a se reorganizar nessa conjuntura de democratização da sociedade civil brasileira.

Nesse período, emergem novas forças sociais que se expressam na formação do novo sindicalismo no ABC-São Paulo e no surgimento dos MS's que abrangem outros grupos sociais (feministas, ecológicos, ne-gros(as), homossexuais etc.), e de partidos políticos que intensificam o processo de socialização da participação política. Nesse processo de emergência de novos sujeitos sociais, os(as) estudantes universitários(as) também rearticulam suas entidades e recriam seus fóruns de deliberação.

Diversas categorias profissionais, de igual forma, reorganizam-se e ressignificam as suas lutas. O Serviço Social expressa, então, um novo posicionamento da categoria e das suas entidades representativas, tendo como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo, no ano de 1979. Esse congresso expressou "o caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira" (CHESS, 1996: 175).

No início dos anos 80, o debate no ME caracterizava-se pelo ressurgimento da juventude organizada que cultivava alguns pressupostos do movimento de 68 no que se refere à identidade com perspectivas políticas que expressavam o dogmatismo revolucionário e defendiam a universidade como "aparelho ideológico do Estado", tendo como pressuposto teórico fundamental o marxismo-leninismo.

Em meados dos anos 80, as forças políticas presentes no ME imprimem maior pluralidade de opiniões e mudanças de orientação à sua prática. Os debates ressaltam a necessidade da formulação de novas estratégias e de um novo papel social para o movimento. A reforma partidária de 1982, ao romper com o bipartidarismo e permitir a diversidade partidária, contribuiu para reforçar a idéia de pluralidade no campo político.

Na conjuntura dos anos 80, podemos identificar três vertentes principais em relação às estratégias do ME na sociedade.⁸ A primeira é defendida pela tendência Viração, hegemônica na direção da UNE pós-Congresso de Reconstrução em 1979.⁹ Essa tendência defendia como

8. Utilizamos, para esta sistematização, teses apresentadas nos seguintes congressos da UNE: 40º (1989), 41º (1990) e 43º (1993), realizados, respectivamente, em Brasília-DF, Campinas-SP e Goiânia-GO.

9. Tendência Viração, corrente estudiantil do Pc do B que esteve na direção da UNE de 1979 a 1987, retomando a posição majoritária em 1990, mantendo-a até hoje.

prioridade as lutas relacionadas à conjuntura e afirmava que os(as) estudantes sempre vinculavam as reivindicações cotidianas à luta política por liberdade, democracia e soberania nacional (*Quem vem com tudo não cansa*, 1993).

A partir das teses apresentadas por essa tendência nos Congressos da UNE de 1989 e 1990, podemos admitir que, nas suas propostas, a ação política do ME é determinada tão somente pela conjuntura. Isto porque não explicita as estratégias para a implementação das lutas específicas. Suas teses evidenciam propostas, para o ME e para a UNE, fundamentadas em uma análise conjuntural sem, entretanto, aprofundar o significado do papel social do movimento.

A segunda concepção sugere o confronto da perspectiva de intervenção social do ME nas décadas de 60 e 70 com a dos anos 80, ao identificar a entrada em cena do movimento organizado dos(as) trabalhadores(as), a reestruturação partidária e a emergência de diversos movimentos sociais. Neste sentido, o ME, na década de 80, precisaria modificar seu papel social¹⁰. Essa postura propõe a elaboração de uma nova perspectiva interventiva para o ME que, partindo da análise sobre a universidade e das peculiaridades da condição estudiantil, articule a estratégia de luta pela transformação social, conjuntamente com outros segmentos e canais de participação. Considerando a disputa ideológica na universidade como ponto central da sua atuação, essa tendência exprime que "o papel social do ME é disputar a produção do conhecimento arrancando este valor das rédeas das classes dominantes, (...) o fundamental é colocar as técnicas, os conhecimentos, as elaborações científicas propiciadas pela universidade, junto com o próprio saber, a serviço da classe trabalhadora. Essa é a aliança que mais interessa aos trabalhadores e à luta socialista no Brasil" (Tese *Para fazer acontecer*, 1990).

Nessa perspectiva, fica evidente a aliança que o ME vislumbrava realizar com a classe trabalhadora e a contribuição que este poderia dar à luta socialista. A defesa dessa estratégia para o ME fundamenta-se na compreensão de que a dominação de classe, na contemporaneidade, não pode ser entendida como exclusiva dominação de força, pois à capacidade de coerção dos segmentos dominantes soma-se o exercício da hegemonia, o qual se realiza através de sofisticados mecanismos que se estendem nas estruturas educacionais, culturais e filosóficas (Tese *O tempo não pára*, 1989).

10. Essa concepção foi defendida pelo grupo que esteve majoritariamente na diretoria da UNE entre 1987 e 1990, formado por militantes de algumas tendências internas do PT.

A terceira vertente, composta por um bloco minoritário presente nos Congressos da UNE, posicionava-se contra a perspectiva de priorizar as lutas no campo institucional.¹¹ Elaborava, assim, uma crítica às condutas que submetiam a luta anticapitalista à luta por reformas. Essa proposta relegava, a segundo plano, o trabalho de formação política e mobilização dos(as) estudantes, ao não considerar prioritárias as reivindicações cotidianas por reformas no âmbito da universidade e da sociedade. Argumentava que a fase de desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, chegara a uma forma de capitalismo monopolista dependente e, desse modo, propugnava a impossibilidade de qualquer mudança significativa que não colocasse em xeque a estrutura da sociedade.

Entendendo que o compromisso estratégico do ME era com o socialismo, defendia a unificação da ação política de todos os segmentos submetidos à exploração, na sociedade capitalista. A proposta de um dos setores desse bloco (militantes do Partido da Libertação Proletária — PLP) ratifica essa perspectiva ao afirmar: “o que queremos construir é um movimento de grandes mobilizações com uma consciência cada vez mais avançada que possa atrair amplos setores da sociedade e captar o potencial revolucionário da luta dos trabalhadores e estudantes” (*Tese Construir a UNE na luta anticapitalista*, 1989). Ademais, defendia, também, a unidade operário-camponesa-estudantil nesse processo. Depreendemos, daí, a vontade política dessa tendência para estabelecer estratégia de aliança do ME com os(as) operários(as) e camponeses(as), na luta anticapitalista.

Essas três vertentes articulavam-se aos partidos políticos de esquerda na defesa de suas propostas no ME e se unificavam na luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como na construção de um outro projeto societário que se contrapusesse ao capitalista. As divergências teóricas e políticas expressavam-se, sobretudo, na elaboração de estratégias para o processo revolucionário, refletindo-se, também, em diferentes visões sobre o papel social da universidade e do ME.

No período de 1988-1995, a UNE realizou alguns eventos políticos para a organização estudantil, destacando-se a presença entusiasmada dos “caras-pintadas” nas manifestações de rua, ocorridas nas principais cidades brasileiras, para exigir o *impeachment* do presidente Collor.

É importante destacarmos alguns questionamentos sobre o movimento dos “caras-pintadas”. Trata-se de identificar o seu significado para a organização política dos(as) jovens brasileiros(as). Ou seja, onde estão e

11. Militantes de algumas tendências do PT (O Trabalho, Convergência Socialista), do PLP (Partido da Libertação Proletária), da Causa Operária e, mais recentemente, do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), dentre outras tendências de referencial trotskista.

o que estão fazendo os “caras-pintadas” no pós-*impeachment*? Quais as marcas que essas manifestações deixaram no cotidiano desses(as) jovens? Essa participação dos(as) estudantes, na reivindicação pelo *impeachment* do presidente, constituiu um processo importante de ruptura com a apatia e o individualismo? Acreditamos que a participação política gerada nesse momento não foi devidamente canalizada, pelos movimentos e entidades juvenis, para uma organização cotidiana nas diversas esferas coletivas e particularmente no ME de forma mais crítica e comprometida.

Para o entendimento da trajetória histórica do ME torna-se necessário inseri-lo no contexto das discussões sobre os MS's, sobretudo a partir do final da década de 70.

O Movimento Estudantil no contexto dos Movimentos Sociais: “Mudaram as estações... Alguma coisa aconteceu...”

A reorganização do ME coincide com o período de reavaliação da sociedade civil brasileira que ocorreu, mais intensamente, no final dos anos 70. Para SADER (1988:26), nessa conjuntura emergiu uma novidade, que foi “primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular”.

Os(as) estudantes participaram desse processo de oxigenação das instâncias de organização da sociedade civil. Em 1980, diversos MS's apoiaram as greves do ABC como expressão da luta democrática em curso. Assume visibilidade social a participação das Pastorais da Igreja, de parlamentares da oposição, da Ordem dos Advogados do Brasil, de sindicatos, jornalistas, professores(as) e estudantes, como sujeitos individuais e coletivos presentes nessa importante mobilização política.

É no ápice dessas manifestações de caráter coletivo e de contestação da ordem social vigente que surgem os denominados “novos movimentos sociais” — NMS's — politizando espaços sociais antes considerados privados e não-políticos.

Os NMS's surgem em diferentes países, principalmente no contexto final da década de 70, apresentando particularidades, a partir do cotidiano de sua organização e das reivindicações que faziam.

Na América Latina, os MS's, na sua maioria, vêm, nos últimos vinte anos, tentando construir uma nova experiência de democracia¹². O fato marcante da atuação dos MS's, nesse período, resume-se nas mobilizações populares que emergem de uma pluralidade de demandas concretas, o que propicia a disseminação de espaços políticos.

Essa proliferação de espaços políticos intensifica-se no Brasil, sobretudo, a partir do final da década de 70, quando antigos MS's se reorganizam com novas demandas e surgem novos grupos como forças políticas no âmbito da sociedade civil. Os NMS's englobam, então, as novas práticas coletivas, mas também as antigas, que reorientam suas experiências e estratégias políticas.

O ideal básico que fundamenta o agir dos NMS's é a criação de um novo sujeito social, o qual redefine o espaço da cidadania para além dos limites da cidadania burguesa. Vários(as) autores(as) se reportam a esse aspecto, sugerindo a possibilidade de analisar os NMS's como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência da cidadania.¹³

Alguns NMS's, através de suas reivindicações por direitos de cidadania, passam a questionar a situação de opressão e dominação a que estão submetidos, criando possibilidades concretas para fortalecer a luta pela construção de um novo modelo cultural, que contribua para a democratização da sociedade.

SCHERRER-WARREN (1993) faz referência a alguns aspectos importantes defendidos pelos NMS's no processo de construção desse novo modelo cultural, destacando-se: a reapropriação política do sentido das relações comunitárias, a tentativa de democratização das práticas cotidianas internas ao grupo, a tomada de decisões e o encaminhamento das lutas a partir das bases do movimento e a busca de autonomia frente ao Estado, aos partidos e à inter-relação de diferentes movimentos.

O ME viveu, no início da década de 80, período de efervescência dos NMS's, um momento de reestruturação das suas entidades. Nesse contexto, esteve presente, na maioria das entidades estudantis, uma visão de política distanciada do cotidiano dos(as) estudantes. Assim, elas supunham não-políticas as discussões sobre a formação profissional e demais dimensões acadêmicas, o que restringiu a prática do ME, na maioria das vezes, a um discurso conjuntural genérico e a uma prática distanciada do contexto universitário.

12. Sobre os MS's na América Latina, ver CALDERON (1989).

13. Ver VIGEVANI (1989), DAGNINO (1994) e TELLES (1994), dentre outros.

Nesse sentido, na primeira metade dos anos 80, há uma desconexão entre o rumo que toma a sociedade civil e, nela, os NMS's e a conduta política hegemônica no movimento estudantil. Enquanto os "novos personagens" que entram na cena política do País priorizam o seu cotidiano como lugar de reivindicações, de formação de lideranças e de formulações de propostas políticas, no ME há um distanciamento do cotidiano universitário, não havendo uma preocupação em construir uma inserção no debate acadêmico, nem de identificar as demandas postas neste âmbito do movimento.

Desse modo, o ME não descobriria algo que os NMS's já vinham trabalhando: o seu cotidiano, grande palco de lutas e reivindicações. Isso contribuiu, além de outros aspectos, para aprofundar a crise experimentada pelo ME na conjuntura pós-ditadura militar.

É nessa época que as principais tendências políticas atuantes no ME começaram a assumir e a refletir a crise na qual o movimento estava imerso. A crise do ME era debatida por todas as tendências presentes no movimento. Assim, embora tivessem análises diferenciadas sobre as razões e as implicações dessa crise no cotidiano da organização, admitiam que, desde os primeiros momentos após a reconstrução em 1979, o ME já não conseguia expressar sua vitalidade e potencial aglutinador. Tal crise se manifestava na despolitização dos(as) estudantes, na desarticulação das entidades estudantis e na falta de representatividade do movimento, dentre outras questões.

Trata-se, pois, de reconhecer que esta crise advinha de múltiplas determinações, tais como: alterações ocorridas na sociedade e na universidade brasileira, impasses e modificações nas dimensões da vida cultural e social da juventude, crise de paradigmas e perspectivas políticas nas esquerdas.

A crise do ME, sob esse prisma, não deve ser reduzida apenas a uma "crise de direção" dos grupos políticos que estão à frente das entidades estudantis, mas deve ser remetida ao quadro complexo e dinâmico das modificações ocorridas na sociedade brasileira e mundial, nas esquerdas e na própria juventude.

Tais reflexões geraram, na segunda metade da década de 80 e início dos anos 90, novos questionamentos no horizonte político do ME. Nessa perspectiva, são debatidas questões relacionadas à universidade, à formação profissional e à juventude. A problematização das questões acadêmicas e os desafios colocados para os(as) jovens brasileiros(as) produziram mudanças qualitativas na sua ação política.

Neste período, no Brasil, as reflexões intelectuais traziam novas contribuições teóricas para o entendimento da práxis revolucionária, no

que concerne, principalmente, à consciência, à ideologia e à organização (SCHERRER-WARREN, 1987). O pensamento gramsciano contribuiu para a compreensão das mudanças ocorridas na sociedade brasileira face ao processo de democratização do regime. Isto porque a concepção de Estado e a reflexão sobre a práxis política, em Gramsci, foram decisivas para decifrar a complexidade da ação política dos organismos da sociedade civil.

O pensamento gramsciano teve ampla repercussão nas Ciências Sociais, nos partidos de esquerda, nos MS's e, especificamente, no ME, sobretudo a partir do 38º Congresso da UNE, realizado em 1987, momento no qual se instaura, intensamente, um debate nacional acerca do papel social desse movimento.

Vale ponderar que a visão sobre a missão que o ME deveria desempenhar, na sociedade, dependia da concepção que as tendências presentes no movimento tivessem sobre a estratégia de transformação social e a importância dos(as) estudantes nesse processo.

Convém considerar que a postura hegemônica que assume a diretoria da UNE, naquele ano (indivíduos pertencentes a tendências políticas vinculadas ao PT), propõe que o papel social do ME, naquela conjuntura, fosse prioritariamente a disputa ideológica no espaço universitário.

Diante disso, o ME é chamado a redefinir seus objetivos e estratégias. Neste processo, vislumbra como perspectiva política uma presença cotidiana na universidade, revitalizando as lutas específicas e, sem perder o "trem da história", apoiar e construir com outros movimentos e entidades, as lutas mais gerais no âmbito da sociedade civil.

Nesse período são criadas diversas executivas de curso que, fundadas nesta nova concepção quanto ao papel social do ME, elaboram estratégias que evidenciam a importância da formação profissional no horizonte político do movimento.

Recriando horizontes para o Movimento Estudantil: da UNE às executivas de curso

Na conjuntura das décadas de 80-90, durante a trajetória de reconstrução do ME brasileiro, outras entidades, além da UNE, atuaram de modo relevante para a organização estudantil, destacando-se as executivas nacionais de cursos, que germinaram uma prática significativa na redefinição de estratégias para a ação política do movimento.

É, sobretudo, nos anos 80, com a criação de diversas executivas de curso, que começa a discussão conjunta, dessas entidades, sobre os destinos do ME. Em meio a esse contexto, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes — SESSUNE — nasce, em 1988.

As executivas de curso são entidades que estão próximas às áreas de interesse profissional dos(as) estudantes, possibilitando-lhes a discussão de questões concretas acerca da organização curricular, do papel social do(a) profissional e de propostas alternativas para as políticas públicas. A partir do final dos anos 80, começam a ser realizados, anualmente, os Encontros Nacionais das Executivas de Curso — ENEX. O primeiro ocorreu em 1988, ano da criação da Executiva Nacional dos(as) Estudantes de Serviço Social.

É, principalmente, a partir do 41º Congresso da UNE (1991), que a postura política das executivas de curso vem sendo questionada no âmbito do processo de reestruturação do ME. Nesse debate, há tendências políticas que criticam as executivas de curso por defenderem somente questões específicas, relacionadas à formação profissional e à universidade, enquanto outras entidades (UNE e DCE's, por exemplo) desencadeiam lutas gerais, voltadas para reivindicações de caráter mais amplo. Essa argumentação, segundo a Carta do V Encontro de Executivas (1993), "desconhece as experiências de várias entidades que há muitos anos superaram esta versão reducionista. Em seus eventos e encontros têm globalizado as suas questões específicas no contexto geral do ME, da universidade e da sociedade".

As executivas defendem, dessa forma, a unidade entre as lutas específicas e as gerais, visando a implementar, para o ME, uma dinâmica não-corporativista, mas articulada e orgânica. Desse modo, na elaboração de uma estratégia para o movimento faz-se necessário estabelecer relações com outros sujeitos coletivos que lutem na perspectiva não-capitalista.

Nesse sentido, propõem como estratégia a formulação de políticas setoriais e globais para a ação política dos(as) estudantes e da própria UNE. Na Carta do V Encontro são sugeridos três campos prioritários, quais sejam: denúncia das políticas públicas do Estado, atuação na universidade e intervenção social dos(as) estudantes.

No primeiro aspecto — denúncia das políticas públicas do Estado — caberia aos(as) estudantes e às suas entidades uma análise mais apurada dos impactos sócio-político-econômico-culturais, nas suas respectivas áreas de atuação profissional, apresentando alternativas contrárias ao conteúdo defendido pelos segmentos dominantes.

No segundo campo — atuação na universidade — propõe-se aos(as) estudantes a realização de questionamentos quanto à atual função social da universidade, através de debates sobre a direção política das pesquisas desenvolvidas, os conteúdos das grades curriculares, a formação profissional e sua vinculação com a realidade, a extensão e a assistência estudantil, dentre outros.

Para a intervenção social dos(as) estudantes, terceira diretriz proposta, é sugerida a vinculação destes(as) com profissionais da sua e de outras áreas e com movimentos sociais populares. Discutir-se-ia com os(as) profissionais assuntos relacionados ao exercício da profissão, buscando realizar eventos conjuntos, contando-se, ainda, com trabalhadores(as) de setores afins. Em relação à aproximação do ME com os movimentos sociais populares, o documento afirma que esta deve ser "uma prática que, além do exercício dialético entre o conhecimento científico e popular, constitua-se num elemento que possibilite a definição de classe dos estudantes e do ME". Diante do exposto, podemos admitir que o ME estabeleceu no seu processo de ação política uma opção por alianças com outros MS's e entidades de categorias profissionais que lutem contra a ordem social vigente.

O referido documento faz, ainda, alusão à relação do MIE de área com a UNE. Deste modo, salienta que as executivas de curso, embora mobilizem milhares de estudantes, todos os anos, e intervenham qualitativamente no ME, por meio de trabalhos permanentes em diversas esferas, revelam dificuldades de interlocução orgânica com a UNE. Esta entidade, estruturada vertical e burocraticamente, vem implementando uma comunicação inadequada com as demais instâncias do movimento e também com os(as) estudantes. Além disso, concepções adotadas pela diretoria impedem a participação das executivas nas deliberações relativas ao ME brasileiro.

As executivas, embora não façam parte da estrutura interna da UNE, sugerem algumas mudanças para democratizar esta entidade, tais como: indicação dos(as) secretários(as) de área da UNE pelos movimentos, criação de grupos de trabalho (extensão, questão agrária e meio ambiente, educação popular, saúde coletiva, cultura, ciência e tecnologia, negros(as), mulheres, comunicação), voto das executivas de curso no Conselho Nacional de Entidades Gerais — CONEG —, além de eleições diretas para a UNE.

As executivas estão construindo uma nova concepção de democracia nas entidades estudantis buscando, também, estabelecer uma perspectiva interdisciplinar. A experiência vivida no fórum de executivas de curso revela algumas características que sustentam essa nova concepção, ao

mesmo tempo em que vão ao encontro do modelo organizativo da UNE. Esse fórum, criado em 92, é concebido como "espaço de elaboração e troca de experiências entre as executivas, sem processos de votação, sem disputa de cargos, sem sede ou diretoria fixa. Em contraste explícito com a UNE, o fórum não é designado como entidade representativa ('ninguém fala pelo fórum'), mas como espaço-rede, descentralizado e democrático, que responde às necessidades e preocupações emergentes do movimento por área" (MISCHE, 1996: 28).

Outra preocupação, presente no fórum, é a vontade de suprimir, das reuniões das executivas de curso, a lógica partidária presente nos Congressos da UNE. Vale considerar que essa posição se impõe, apesar do engajamento partidário de considerável número de participantes das executivas. Trata-se da perspectiva de modificar a relação instrumental entre o movimento e os partidos políticos, construindo uma autonomia crítica e uma interlocução criativa entre essas esferas de representação política.

No texto "Fórum nacional das executivas de curso", produzido a partir das deliberações do VI ENEX, as executivas expõem a sua concepção de ME, afirmando que este "transcende as entidades, é amplo, plural, está organizado e microorganizado nas mais diversas formas, dinâmicas e especificidades".

Em síntese, as executivas de curso têm lutado para romper com os valores e práticas centrados no autoritarismo, no personalismo das lideranças e na hierarquia burocratizada e centralizada quanto à tomada de decisões no ME. As executivas constituem-se, no âmbito do ME, num espaço plural de reelaboração e socialização de experiências de descentralização do poder, caracterizadas pela incessante busca de relações democráticas e autônomas. Procuram, ainda, construir uma interlocução crítica com outros sujeitos coletivos através de alianças políticas baseadas em propostas amplamente discutidas e com viabilidade de execução.

A participação do Movimento Estudantil de Segurança Social no processo de construção da formação profissional: materializando "a beleza de ser um eterno aprendiz..."

O Movimento Estudantil de Serviço Social — MESS —, no Brasil,¹⁴ assume nova configuração após o golpe militar de 64, a partir da

14. Não encontramos nenhuma sistematização, nem material arquivado pela executiva nacional sobre a história do MESS no período anterior e durante o golpe militar de 64, o qual, além de

reestruturação do ME universitário e de outros movimentos sociais. É precisamente em 1978 que, num contexto de abertura política, acontece o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social — ENESS — e, desde então, volta a realizar-se anualmente, como instância nacional de discussão e deliberação dos(as) estudantes da área.¹⁵

Os encontros nacionais são marcos importantes no processo de organização do MESS, que tem sua história específica “profundamente relacionada com peculiaridades inerentes ao curso, no que diz respeito às reflexões e ações desenvolvidas, mas também identifica-se com a história do próprio Movimento Estudantil e da UNE” (SESSUNE, *Pro dia nascer feliz*, 1993).

As reflexões sobre a organização estudantil, nos ENESS de 1978 a 1988, balizavam-se nas polémicas comuns dos encontros estudantis da época, como, por exemplo, a discussão sobre o papel social e a crise do ME. Outras questões também eram debatidas, como a articulação do MESS com as entidades da categoria e as propostas para o aperfeiçoamento da estrutura e dinâmica organizativa dos(as) estudantes de Serviço Social em nível nacional.

No início da década de 80, em meio ao processo de discussão interna sobre a organização do MESS, já era analisada a necessidade da criação de uma entidade nacional dos(as) estudantes. A proposta previa, como principal atribuição dessa entidade, unificar as lutas dos(as) estudantes de Serviço Social, intensificando o contato com outras entidades do ME (UNE e outras executivas de curso) e da categoria profissional (ABESS, ANAS, CFAS).

O processo de criação da entidade nacional dos(as) estudantes de Serviço Social foi democraticamente discutido e amadurecido em vários fóruns estudantis e nas entidades de base, propiciando reflexão quanto à própria necessidade da sua criação e um aprofundamento sobre quais seriam seus objetivos e sua estrutura organizativa. O objetivo central era construir um canal de expressão política de caráter nacional, que possibilitasse a ampliação da democracia e da participação dos(as) estudantes no movimento.

outras conseqüências, causou um corte histórico na memória dos(as) participantes de movimentos coletivos, que passaram a considerar somente sua trajetória recente, esquecendo o passado das suas lutas.

15. Algumas monografias de graduação contribuíram no sentido de sistematizar a história desses eventos, destacando-se PEQUENO (1990), MARTINS (1992), RAMOS (1992) e MATOS (1996), sendo, também, analisada, nesses trabalhos, a trajetória da SESSUNE/ENESSO.

O marco do debate em torno da criação dessa entidade se deu no ENESS de 1986 (RJ), quando foi proposta novamente a idéia de constituir a SESSUNE a partir de um estatuto pré-elaborado por um grupo de estudantes. Outro grupo posicionou-se de forma contrária a esta idéia, argumentando que a nova entidade iria burocratizar o ME, dada a sua vinculação à estrutura hierarquizada da UNE. O argumento da burocratização fundamentava-se, também, no apelo para que os(as) estudantes investissem na representatividade e na articulação das entidades já existentes e, neste sentido, não deveriam criar novas entidades. Em decorrência dessas polémicas, ainda não foi nesse encontro que a executiva nacional surgiu, isso só ocorreu dois anos depois,¹⁶ no ENESS de 1988, novamente sediado no Rio de Janeiro.

Esse encontro aconteceu sob a égide da “Nova República” que, naquele momento, priorizava a promulgação da Nova Constituição Brasileira. “Nesse sentido o encontro refletiu muito esse momento conjuntural, como também uma avaliação da caminhada do MESS, constituindo-se em um marco devido à criação da SESSUNE — Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE, que seria a entidade nacional representativa dos(as) estudantes de Serviço Social (...)” (SESSUNE, *Pro dia nascer feliz*, 1992).

O tema desse ENESS, “*Se muito vale o já feito, mais vale o que será*”, refletia um marco na história do MESS, posto que muitas propostas já haviam sido efetivadas no processo de organização dos(as) estudantes, mas, com o surgimento da SESSUNE, uma organização mais sistemática se fazia necessária, o que prenunciava muitas lutas e conquistas na nova fase da trajetória que ali se iniciava. A criação dessa entidade indicava um salto qualitativo no processo de articulação entre as entidades de base do MESS, bem como revelava a possibilidade de fomentar maior discussão política entre os(as) estudantes e de intensificar a relação do movimento com outros MS’s.

A nova entidade, criada em 5 de agosto de 1988, no X ENESS, de acordo com o seu estatuto¹⁷ atual, tem como finalidades: articular

16. Em 1987 não ocorreu ENESS, devido à impossibilidade do CA da UFRN de sediá-lo, não havendo outra escola que se dispusesse a realizar esse evento. Esse foi o único ano, desde 1978, sem a realização do fórum máximo nacional dos(as) estudantes de Serviço Social.

17. Nesse estatuto consta que a diretoria da entidade é constituída por doze cargos e as escolas foram divididas em sete regiões. São os seguintes os cargos e regiões: 1 Coordenador(a) Geral, 1 Secretário (a) Geral, 1 Coordenador(a) de Finanças, 01 Coordenador(a) de Divulgação e Imprensa, 1 Secretário (a) de Formação Profissional e 7 Coordenadores(as) Regionais das seguintes regiões: Região I (PA, MA, PI, AM), Região II (CE, RN, PB e PE), Região III (AL, SE e BA), Região IV (MT, GO, MS, DF, Uberlândia/MG), Região V (RJ, ES, Belo Horizonte, Jujiz de Fora e

os(as) estudantes de Serviço Social no País, promover o debate acerca dos problemas específicos dos(as) estudantes de Serviço Social, coordenar e organizar os Encontros Nacionais, Regionais e Estaduais junto à escola sede dos eventos, garantir um contato permanente dos(as) estudantes de Serviço Social com a categoria dos(as) Assistentes Sociais e suas entidades nacionais e latino-americanas e outras executivas de curso, viabilizar canais para maior conscientização dos(as) estudantes através das entidades do curso junto ao MS, reforçando e ampliando sua luta, promover o fortalecimento das entidades de base (CA's e DA's).

Cumprir notar que o estatuto da SESSUNE/ENESSO é rediscutido a cada ano durante as plenárias finais do ENESS, sofrendo reiteradamente algumas modificações, o que indica um processo organizativo dinâmico e participativo.

A mudança do nome da entidade de SESSUNE para ENESSO foi aprovada na plenária final do XV ENESS (São Leopoldo, 1993). Essa mudança refletia a realidade das executivas de curso que questionavam a UNE por sua falta de articulação com o movimento de área, daí os(as) dirigentes buscarem, através da participação da ENESSO no fórum das executivas de curso, maior autonomia frente à UNE.

Nessa curta trajetória¹⁸ de quase uma década de existência, a executiva nacional dos(as) estudantes de Serviço Social tem se posicionado e lutado contra as reformas neoliberais do Estado, contra a privatização e o sucateamento da Universidade Pública, imprimindo assim, ao MESS, uma direção política voltada para a defesa dos interesses das classes subalternizadas.

O compromisso político do MESS é expresso através das propostas e lutas desenvolvidas que defendiam: um processo de acumulação de forças que implementaria na sociedade uma nova direção social, política e cultural, através da construção hegemônica de um projeto político daqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam; uma Universidade democrática, plural, pública, gratuita e de qualidade social e uma formação profissional que propicie a capacitação teórico-metodológica, técnico-ope-

Caratinga/MG), Região VI (RS, SC e PR) e Região VII (SP). Pelo estatuto, a entidade tem como sede a escola do(a) Coordenador(a) Geral. As instâncias do MESS são: Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social — CORESS —, Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social — ERESS —, Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social — CONESS —, Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social — ENESS — e Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil.

18. Na sua trajetória histórica, a ENESSO ficou sediada respectivamente nas seguintes escolas: (88-89 — UFRJ), (89-90 — UECE), (90-91 — UECE), (91-92 — UFRPA), (92-93 — UECE), (93-94 — UCSAL), (94-95 — UFRJ), (95-96 — UECE), (96-97 — UECE).

rativa e ético-política de profissionais que venham a responder às demandas populares na busca de reforçar os direitos de cidadania dos segmentos majoritários da população.

A formação profissional tem se constituído em uma das prioridades da atuação do movimento. Notamos, inicialmente, que esta é vista pelos(as) dirigentes como âmbito estratégico de atuação, à medida que contribui, no plano da disputa ideológica e cultural, para a defesa de uma direção social para a universidade e de uma nova direção intelectual e moral para a sociedade. Nesse ângulo, a contribuição do ME acerca da formação profissional dá-se pela disputa no âmbito da cultura, da ideologia e de projetos no cotidiano da vida universitária e pela aliança com outros segmentos progressistas que também defendem esse posicionamento.

Torna-se oportuno atentar que a formação profissional revela-se uma temática sempre presente nas pautas dos fóruns de discussão do MESS. A partir de 1991, a SESSUNE/ENESSO passa a promover, anualmente, o "Seminário nacional pela formação profissional e Movimento Estudantil", que se torna instância regular de debates dos(as) estudantes de Serviço Social.

No primeiro seminário, promovido pela terceira gestão da SESSUNE, os(as) estudantes lançaram uma Campanha Nacional pela Formação Profissional, tendo como tema "A gente não quer só canudo". Na gestão seguinte, 1992-1993, tal campanha tomou corpo e se materializou na elaboração de um anteprojeto sobre a formação profissional do(a) Assistente Social no Brasil, que foi aprovado nas instâncias do MESS, em 1992. A concepção de formação profissional é explicitada no anteprojeto "como privilegiado campo de disputa, onde os vários projetos de sociedade se encontram em permanente tensão, e que uma intervenção qualitativa nesse campo se traduz como uma necessidade real e com caráter estratégico" (SESSUNE, 1992).

Esse anteprojeto foi discutido em vários encontros estudantis e da ABESS e, embora várias de suas propostas não tenham sido materializadas, foi um documento importante para o MESS, pela iniciativa político-intelectual de elaborar documentos e textos, registrando sua memória histórica e produzindo mais sistematicamente propostas concretas de intervenção.

Outra questão que merece destaque no processo de intervenção do ME, na esfera da formação profissional, foi a criação da coordenação nacional de representação estudantil de ABESS, inserida na diretoria da ENESSO. "A aprovação da secretaria de formação profissional e da coordenação nacional de representação estudantil de ABESS inaugura um marco na história do Serviço Social tanto pelo reconhecimento da sua

relevância no que se refere à contribuição do ME à formação profissional, quanto pela percepção do espaço acadêmico, enquanto *locus* de intervenção e disputa política” (ENESSO, *Coordenação Nacional de Representação Estudantil de ABESS da ENESSO*, 1993).

O espaço acadêmico é visto como *locus* de disputa política, por ser uma arena em que diversas concepções de sociedade, de indivíduo e de cultura estão em confronto tanto teórico-politicamente, nas salas de aula ou nas pesquisas, como também no plano político-organizativo, através da participação dos segmentos que compõem a Universidade, nas suas entidades e fóruns. O saber é um elemento importante na luta política, adquirindo, no espaço acadêmico, uma dimensão privilegiada, pela própria natureza da Universidade enquanto produtora do conhecimento.

A coordenação de formação profissional que, no ENESS de 1995, transformou-se em mais um cargo da coordenação nacional da ENESSO, contribui decisivamente para maior articulação entre os(as) representantes estudantis de ABESS e as entidades do MESS, à medida que fertiliza a idéia da formação profissional como questão que deve estar interligada à formação política dos(as) dirigentes e dos(as) estudantes de Serviço Social.

A ENESSO participou ativamente, nestes dois últimos anos, de todo o processo de elaboração da revisão curricular que culminou com a aprovação do currículo mínimo, na convenção da ABESS em 1995. Essa participação se deu não só nas oficinas locais, regionais, nacionais e convenções, mas também nos encontros regionais e nacionais dos(as) estudantes, que sempre continham nas suas pautas essa discussão, destacando-se os seminários nacionais sobre ME e formação profissional, realizados anualmente.

Um marco nesse processo coletivo de debates sobre a formação profissional tem sido a articulação entre as entidades representativas da categoria. Assim, a articulação entre essas entidades e o MESS se desenvolve em momentos tais como: na organização conjunta de eventos,¹⁹ no lançamento do jornal nacional das entidades de assistentes sociais,²⁰ na parceria em discussões relacionadas à organização política, à formação profissional, à regulamentação e fiscalização da profissão.

19. Um marco nesse processo de organização conjunta foi o VI CBAS de 1989, no qual a SESSUNE participou, pela primeira vez, como comissão organizadora desse evento, junto ao CFAS, ANAS e ABESS.

20. Esse jornal teve o seu primeiro número lançado em agosto de 1991, no qual se publicou uma matéria intitulada: “SESSUNE: história, desafios, lutas...”

A importância dada à articulação entre o MESS, através da ENESSO, e as entidades da categoria profissional aparece em documentos elaborados pelas próprias entidades. Sobre isso é ilustrativo o anteprojeto acerca da reestruturação da formação profissional, elaborado pela SESSUNE que sugere a busca da “participação paritária de todas as entidades representativas da categoria dos Assistentes Sociais do País, posto que a formação profissional não poderia estar desligada das outras dimensões, das quais participam as diversas entidades já referidas. Tal proposição vem ao encontro do anseio geral de se dinamizar uma nova forma de organização da categoria: a organização conjunta”.

O relatório final da gestão 93-95 da ABESS/CEDEPSS, apresentado na XXIX convenção, em 1995, também registra a importância desta articulação quando ressalta: “Papéis relevantes foram desempenhados pela ENESSO e pelo CFESS. A ENESSO, particularmente, através de sua secretaria de formação profissional, realizou grandes investimentos teórico-políticos na ampliação e aprofundamento do debate.²¹ Como parceira da ABESS no processo de construção da hegemonia que define a direção social e política da formação profissional, a ENESSO, coordenadora da participação do Movimento Estudantil, torna-se presença importante e necessária. No âmbito do exercício profissional e da organização da categoria, o CFESS constituiu-se incentivador e co-participante da direção construída neste percurso”.

A articulação entre as entidades da categoria acontece em meio às transformações por que tem passado a profissão, desenvolvidas “em sintonia com o movimento das forças políticas socialistas e democráticas, protagonistas da luta pela construção de um novo projeto societário” (CFESS, 1996: 174). O MESS, através da ENESSO, tem se constituído, portanto, em um parceiro nas discussões e lutas por um projeto profissional e societário sintonizado com os anseios de justiça social, democracia e cidadania plena.

Protagonizando Esperanças...

Inserido no contexto universitário, o ME vem, ao longo dos anos, nas mais diferentes conjunturas, conquistando seu espaço de intervenção, redefinindo suas estratégias, criando e recriando sua história.

21. O debate a que o relatório da ABESS se refere trata da formação profissional e da revisão curricular.

São muitos os problemas que acompanham a trajetória histórica desse movimento. Para efeito de síntese, vale explicitar: a rotatividade dos(as) estudantes na Universidade, que determina, num breve espaço de tempo, novos(as) militantes que entram em cena, não raramente sem o conhecimento da história da universidade brasileira e das particularidades da sua universidade, bem como sem a compreensão histórica do seu curso e futura profissão e sem o resgate histórico da UNE, do DCE e do Centro ou Diretório Acadêmico. Esta ausência de memória social, política e cultural rebate no ME quando não se registra seus acontecimentos e suas lutas cotidianas. É como se a sua história não acumulasse conteúdo, não preservasse sua memória política. Outro problema refere-se às dificuldades geradas pela falta de tempo para a militância em virtude do desenrolar de atividades profissionais da juventude. Tal questão acentua-se cada vez mais, tendo em vista o agravamento da situação sócio-econômica dos(as) estudantes:

Em face das mudanças ocorridas na sociedade brasileira após a ditadura militar, no que diz respeito à multiplicação de espaços coletivos para a participação política, e considerando a necessidade de superar aspectos impregnados na cultura política das esquerdas, como por exemplo o pragmatismo, o personalismo, a postura vanguardista e sectária, colocou-se para os diferentes sujeitos coletivos o desafio de reestruturar suas estratégias de intervenção, no sentido de torná-las mais propositivas e menos panfletárias.

Esse debate é recebido com bastante polêmica pelo ME, tendo em vista as diferentes avaliações desenvolvidas pelas tendências políticas que gravitam no interior do movimento. No entanto, merece destaque o esforço realizado por algumas tendências e militantes que, a partir do início da década de 80, dedicam-se, exaustivamente, ao exercício de reelaborar a estratégia de intervenção social do movimento.

Podemos afirmar que os caminhos percorridos pelo ME durante a década de 80 evidenciam, na sua trajetória histórica: a valorização do cotidiano como espaço de efetivação política, a incansável luta pela convivência democrática com a base do movimento, a compreensão da importância da subjetividade dos indivíduos no processo de formação política, a articulação entre reivindicações consideradas específicas e as gerais, no sentido de superar tanto a visão reducionista, como também a visão abstrata da transformação social, ambas historicamente presentes no movimento.

O MESS, juntamente com outros movimentos estudantis, reconstrói uma estratégia para sua intervenção social. Tal estratégia se caracteriza pela disputa, no espaço universitário, de valores ético-políticos nos âmbitos

da visão de mundo, da concepção da universidade e da formação profissional e político-cultural dos(as) estudantes.

A ação política do MESS permitiu-nos identificar que, a partir do final da década de 80, quando então é criada a SESSUNE, hoje ENESSO, o movimento passa a atuar de forma mais organizada, estabelecendo, inclusive, prioridades e definindo os objetivos para sua intervenção.

Assim, sob a direção hegemônica²² da tendência denominada "projeto democrático popular",²³ a estratégia de ação do MESS leva-o a ocupar, na universidade, os espaços possíveis para representação estudantil, nos quais implementa esforços no sentido de lutar pela qualidade e manutenção do ensino público, além de intervir ativamente nos rumos da formação profissional. Procura, desse modo, entender as determinações estruturais e conjunturais que incidem sobre a universidade e sobre a formação profissional e política dos(as) estudantes.

Nessa perspectiva, a ENESSO, enquanto um canal de expressão coletiva dos(as) estudantes de Serviço Social, constitui-se um dos sujeitos coletivos presentes no cenário político-profissional nos anos 80 e 90 que, ao lado das demais entidades representativas da categoria, vem participando ativamente das discussões e lutas dos(as) Assistentes Sociais.

Particularmente no tocante à formação profissional, a participação estudantil tem se materializado em diversos momentos da ação política do movimento, principalmente através da parceria com a ABESS, parceria esta que não se restringe apenas à participação dos(as) representantes estudantis na diretoria dessa entidade, mas se configura, principalmente, através da interlocução das duas entidades nacionais (ABESS e ENESSO), em diversos momentos de discussões e atividades que denotam o compromisso político comum com um projeto societário identificado com os interesses dos segmentos majoritários da população.

Assim, é no anonimato de corpos, rostos e vidas que os(as) estudantes começam a entender que, apesar dos tempos sombrios, sob a égide do neoliberalismo, torna-se imperativo acordar a esperança e reencantar na juventude a vontade política para germinar, no presente, os elementos necessários para o processo de conquista da emancipação humana. Nesse sentido, o tema do ENESS de 1988, depois de quase uma década, parece atual para o processo de organização dos(as) estudantes, afinal "*se muito vale o já feito, mais vale o que será*" nessa trajetória de sonhos e lutas...

22. Além dessa tendência hegemônica, três grupos principais de oposição atuam no MESS: militantes/simpatizantes do PC do B, Grupo dos Independentes e militantes/simpatizantes do PSTU.
23. Esta tendência política é formada por estudantes militantes/simpatizantes do PT, bem como estudantes sem vinculação partidária.

Bibliografia

Livros e periódicos

- BOSCHI, Renato R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo, Vertice/Editora Revista dos Tribunais, 1989.
- CALDERON, F. & SANTOS, M. dos. Movimentos sociais e democracia: os conflitos para a criação de uma nova ordem. In: SHERER-WARRON, J., KRISCHKE, P. e VIOLA, E. J. (org.). *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Maguinel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- LACERDA, Hamilton. Recuperar a representatividade dos movimentos estudantis. In: *Revista Tempo e Presença*. CEDI, 1992.
- MARTINS, Luciana de Amorim Parga. *O movimento estudantil do Serviço Social no Brasil: trajetória e contribuições para formulação de um projeto de prática profissional a partir das demandas populares*. São Luís, 1992. (Mimeo-grafado).
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. 1964/1968. Campinas, Papirus, 1987.
- MATOS, Maurício Castro de. "Se muito vale o já feito, mais vale o que será" — um estudo sobre a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (1988-1995). Rio de Janeiro, 1996. (Mimeo-grafado).
- MISCHE, Ana. Redes de jovens. In: *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 31, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E. e GENTILE, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- PEQUENO, Andréia Christina Alves. *História dos encontros nacionais de estudantes de Serviço Social (1978-1988)*. Rio de Janeiro, 1990. (Mimeo-grafado).
- POERNER, Arthur José. A juventude se tornou mais pragmática e menos utópica. In: MEC. *UNE: o reencontro do Brasil com a sua juventude*. Brasília, MEC, 1994.
- _____. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- RAMOS, Sâmia Rodrigues. *Ação política do movimento estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1996.
- _____. *A participação docente e discente no processo de construção da formação profissional do Assistente Social na UCE — 1989/1990*. Fortaleza, 1992. Mimeo-grafado.
- ROMAGNOLI, Luis H. & GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Itiúna a Salvador*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAES, Décio A. M. de. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.
- SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo, Cortez, 1986.
- SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *A dimensão política dos movimentos sociais: um estudo das representações dos dirigentes comunitários sobre a relação entre os movimentos sociais urbanos e os partidos políticos*. Dissertação de mestrado. UFPE, 1995. Mimeo-grafado.
- _____. *O movimento estudantil nos anos 80: uma breve análise*. Recife, 1992. Mimeo-grafado.
- SANTOS, Silvana; MESQUITA, Marylicia & RAMOS, Sâmia. *Por que assessorar o ME? As razões e as implicações dos (des)encontros*. Natal, 1996. Mimeo-grafado.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1987.
- _____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- SESSUNE, Prática e perspectivas da organização da categoria dos Assistentes Sociais. In: *Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais*. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes. São Paulo, Cortez, 1991.
- SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política: um estudo de um movimento (RN, 1960-1969)*. São Paulo, Cortez, 1989.
- STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: 100 anos de revolução e política*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- VIGEVANI, Trillo. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. In: *Lua Nova*. São Paulo, CEDEC, n. 17, 1989.
- Documentos*
- ABESS/CEDEPSS. *Relatório da XXIX Convenção da ABESS*. Recife, novembro/1995. Mimeo-grafado.

- _____. *Relatório final da gestão 93-95*. Apresentado na XXIX Convenção. Recife, novembro/1995. Mimeografado.
- ANAS, CPAS, ABESS, SESSUNE. *Jornal Nacional das Entidades de Assistentes Sociais*, setembro-outubro 1991.
- CARTA DO V ENCONTRO NACIONAL DE EXECUTIVAS DE CURSO. *Não temos tempo a perder*. 1991. Mimeografado.
- ENESSO. *Coordenação Nacional de Representação Estudantil de ABESS da ENESSO*, 1993. Mimeografado.
- _____. *Estatuto*.
- FÓRUM NACIONAL DAS EXECUTIVAS DE CURSO. *Relatório do VI Encontro Nacional de Executivas de Curso*. 1992. Mimeografado.
- SESSUNE. *Anu-projeto da campanha nacional pela reestruturação da formação profissional da assistente social no Brasil*, 1992. Mimeografado.
- _____. *Pro dia nascer feliz*, 1993. Mimeografado.
- _____. *Representação estudantil de ABESS e SESSUNE: uma relação necessária*, 1992. Mimeografado.
- UNE. *Construir a UNE na luta anticapitalista*. 40º Congresso da UNE. Brasília, 1989.
- _____. *O tempo não pára*. 40º Congresso da UNE. Brasília, 1989.
- _____. *Pra fazer acontecer*. 41º Congresso da UNE. Campinas, 1991.
- _____. *Quem vem com tudo não cansa*. 43º Congresso da UNE. Goiânia, 1993.